

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Sayão de volta	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: Investimentos estão voltando	2
VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Governo realiza leilão único para contratação de energia renovável	3
Título: Concessões vão ajudar a atingir meta, diz secretário do PPI.....	5
Título: Investimento em transmissão será menor que o previsto	7
Título: Energisa vai avaliar os próximos leilões de transmissão	8
Título: Mercado tem boas expectativas para Vale.....	9
Título: Siderúrgicas defendem conteúdo local	11
Título: Minoritário pode assumir, de novo, conselho da Usiminas	13
Título: EUA ameaçam caso o Brasil volte a taxar importações de etanol.....	14
Título: Petrobras diz que RenovaBio pode ser aprimorado	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Sayão de volta**

Esse leilão de linhas de transmissão do governo marcou a volta do banqueiro Gilberto Sayão, 45 anos, ao setor. A Vinci Partners arrematou uma linha de cerca de 200 km, que atravessa quatro estados nordestinos, num investimento de uns R\$ 300 milhões. Em 2015, o grupo vendeu a Equatorial Energia, que atua no Maranhão e no Pará, com retorno de 16 vezes sobre o valor investido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Notas & Informações****Autor:****Título: Investimentos estão voltando**

A forte competição, o compromisso de investimentos de R\$ 12,7 bilhões e o expressivo deságio de 36,47% em relação às receitas máximas fixadas no edital são alguns dos resultados expressivos do leilão de linhas de transmissão de energia elétrica realizado na terça-feira passada. Eles mostram o acerto das mudanças feitas pelo governo Temer nas regras da disputa para atrair mais investidores aos programas de parceria com a iniciativa privada na área de infraestrutura.

Há outros aspectos que dão ao leilão de transmissão de energia um significado especial, como a completa ausência de empresas estatais na disputa e da oferta de financiamentos públicos – o que não comprometeu a competição –, além do grande interesse demonstrado por empresas que não têm tradição no setor, mas que viram oportunidades nos projetos leiloados. Os resultados indicam também uma mudança importante no ânimo dos investidores: apesar da persistência da crise e da lentidão com que surgem sinais de melhora, eles demonstram confiança na recuperação da economia e, por isso, se dispõem a assumir riscos.

Dos 35 lotes licitados, 4 não receberam lances e serão leiloados novamente no segundo semestre. Não é um dado que preocupe, caso se compare com resultados dos leilões realizados durante o governo Dilma Rousseff. Entre 2012 e 2016, cerca de 40% dos lotes oferecidos ficaram sem oferta. Mas, dos 31 que foram arrematados, alguns tiveram mais de 10 ofertas, o que demonstra o interesse dos investidores nos projetos oferecidos em leilão.

Somados os compromissos assumidos pelos vencedores dos lotes arrematados, estão previstos investimentos de R\$ 12,7 bilhões em 19 Estados no período que

varia de 36 a 60 meses, conforme o contrato. Esse valor representa 96,5% do total previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pelo leilão. A receita anual permitida para os 31 lotes licitados alcançou R\$ 1,673 bilhão, bem abaixo do valor máximo admitido pelo edital, de R\$ 2,63 bilhões. Isso significa que os consumidores deixarão de pagar cerca de R\$ 1 bilhão por ano pela tarifa de transmissão nos projetos arrematados.

Obviamente os ganhos futuros foram devidamente considerados pelos vencedores quando definiram o valor de seu lance. Especialistas do setor calculam que, na média, apesar do deságio médio considerado alto, a expectativa dos investidores é de um retorno de cerca de 12% ao ano. A possibilidade de os investidores fazerem o cálculo da rentabilidade esperada é uma das mudanças mais importantes em relação às regras que o governo Dilma tentou impor ao capital privado nos leilões que realizou no setor de energia elétrica.

Para que, mesmo com a imposição de tarifas muitas vezes punitivas para os investidores – por conta de sua demagógica política de "modicidade tarifária", que contrariava a lógica do capital e, por isso, afugentava muitas empresas –, se alcançasse algum êxito nos leilões, o governo petista forçava a participação da Eletrobrás ou suas subsidiárias na disputa e oferecia financiamento barato e farto por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na era petista, os leilões, entre os quais os dos aeroportos, tiveram também a forte participação de grandes empresas de construção civil, associadas a operadoras internacionais ou em consórcio com outras companhias. Desta vez, nenhuma delas compareceu. Seriamente envolvidas nos escândalos desvendados pela Operação Lava Jato, a maior parte das empreiteiras passa por processo de ajuste de suas estruturas e de seus negócios.

Mas mesmo sem estatais e grandes empreiteiras, os leilões podem ter êxito. Regras claras, condições adequadas, melhora do ambiente econômico, confiança gerada por uma equipe econômica disposta a combater a séria crise fiscal deixada pelo lulopetismo, redução gradual dos juros básicos e inflação em queda fazem parte de um novo ambiente que começa a estimular os investimentos privados. O avanço das reformas é essencial para preservar esse ambiente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Governo realiza leilão único para contratação de energia renovável

O governo estuda a possibilidade de fazer um leilão de energia de reserva (LER) em setembro, para contratar energia das fontes eólica, solar, pequenas centrais

hidrelétricas e de bioenergia (biogás ou biomassa). A ideia é fazer um único leilão este ano, porém oferecendo três tipos de contratos, com entregas para 2020, 2021 e 2022.

O escalonamento dos contratos tem a intenção de sinalizar à cadeia de fornecedores a perspectiva de continuidade de encomendas principalmente nos setores eólico e solar, após dois anos praticamente sem contratações.

"Nossa tentativa é criar previsibilidade, com um leilão sequenciado, com produtos de três, quatro e cinco anos, porque isso permitirá à indústria se programar para atender a esse mercado", disse o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Eduardo Azevedo, ao Valor.

A decisão sobre a realização do LER só será tomada após a realização do leilão de descontração de energia, previsto para ocorrer até 31 de agosto, e outras medidas em andamento pelo MME, como a revisão da garantia física de hidrelétricas. "É uma possibilidade. Estamos investigando de forma mais precisa tanto a oferta quanto a demanda", disse Azevedo.

Ainda na linha de apoiar a cadeia de fornecedores de equipamentos, a pasta está discutindo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e a Associação Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) formas de tornar a indústria do segmento competitiva para fornecer para o exterior, quando a demanda no país estiver fraca.

"Temos desenvolvido trabalho de identificação de gargalos da cadeia de valor e de como podemos melhorar essa cadeia de valor da produção de equipamentos, de forma que torne mais barata para uso no Brasil e mais competitiva para uso internacional", disse Azevedo.

Com relação aos leilões regulares, os chamados "A-", o MME vai solicitar que as distribuidoras indiquem suas necessidades de demanda de energia para até os próximos sete anos. Com base nessas informações, a ideia é fazer um leilão no fim deste ano e que dividirá contratos desde "A-3" (entrega a partir de 2020) até "A-7" (a partir de 2024). Essa licitação só ocorrerá se houver declaração de necessidade de compra pelas distribuidoras.

Azevedo revelou que o MME pretende lançar até o início de junho o Plano Decenal de Energia (PDE), principal estudo de referência aos investidores do setor energético, com horizonte 2017-2026. Em 2016 o governo não divulgou o estudo, com horizonte até 2025, porque, segundo ele, o documento seria divulgado no fim do ano e por tanto seria de nove anos, e não "decenal". Além disso, lembrou

ele, todas os indicadores considerados no plano do ano passado já estavam defasados devido às mudanças ocorridas no cenário macroeconômico brasileiro.

Para o PDE 2017-2026, a pasta está promovendo algumas inovações. Uma delas é a inclusão de diferentes cenários, considerando incertezas provenientes do setor e principalmente da economia brasileira. A ideia também é tornar o documento mais dinâmico, com atualização seis meses após a primeira versão.

Segundo estudos preliminares da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a expectativa é de necessidade de contratação de um volume de energia nova de 10 mil megawatts (MW) médios a 15 mil MW médios até 2026.

Já o Plano Nacional de Energia (PNE), estudo de mais longo prazo, com horizonte até 2050, deverá ser lançado até o fim deste ano, destacou o secretário.

Azevedo contou ainda que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão máximo e interministerial do governo na área de energia, deve aprovar na próxima reunião, em junho, uma vaga no colegiado para o ministério dos Transportes.

"O [setor de] transportes é o maior consumidor de combustíveis e de emissões [de gases de efeito estufa]. Já que estamos envolvidos na missão de atender a demanda de combustíveis e reduzir a quantidade de emissões, compromisso da COP-21 [Acordo firmado na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima], temos essa missão de colocar no CNPE o ministério dos Transportes", completou o secretário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Juliano Basile

Título: Concessões vão ajudar a atingir meta, diz secretário do PPI

O cronograma de leilões e concessões deverá obter saldo suficiente até o fim do ano para ajudar o governo a atingir a sua meta fiscal, acredita o secretário especial do Programa de Investimentos e Parcerias (PPI), Adalberto Santos de Vasconcelos.

Segundo ele, os projetos estão num ritmo consistente com a estimativa de economistas brasileiros, em Nova York, segundo os quais seriam necessários pelo menos R\$ 10 bilhões em concessões até dezembro para cumprir a meta de déficit de R\$ 139 bilhões.

"De setembro para cá, em menos de oito meses, tivemos mais de 40 projetos bem-sucedidos. É o maior índice da história do país, em menos tempo e sem nenhum alarde, e foi obtido com aperfeiçoamento regulatório, com o acompanhamento das fases de cada projeto", afirmou Vasconcelos, após reuniões com investidores internacionais em Nova York.

Um dos exemplos destacados por ele foi o leilão das linhas de transmissão de energia, realizado nesta semana. Dos 35 lotes previstos inicialmente, 31 foram leiloados. Os 4 que não tiveram compradores representam apenas 3%. "Foi um êxito de 97%", comemorou o secretário. "Nós temos a perspectiva de concluir diversos projetos até o fim do ano."

Nessa lista está a 4ª rodada de exploração de campos de petróleo, prevista para 11 de maio, que, na visão de Vasconcelos, "será bastante disputada". Em agosto, será realizada a segunda rodada de licitações do pré-sal. "Essa deverá ser bastante competitiva", prevê. Em 25 de agosto, haverá a 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios de gás natural.

Para Vasconcelos, a mudança na legislação de exploração do petróleo ajudou a dar atratividade para as concessões. "A abertura do mercado e a não exigência de que a Petrobras seja operadora única farão com que seja bastante competitiva." Para o segundo semestre estão previstos leilões de rodovias e ferrovias, como Norte-Sul, Ferrogrão e a Fiol.

De acordo com o secretário, a carteira de 90 projetos, dos quais 43 já foram efetivados, deverá mudar ao longo do ano, pois a equipe de 45 técnicos que lidam com o PPI atua tanto no aprimoramento daqueles em curso quanto na preparação de novos que serão lançados assim que estiverem concluídos.

"O movimento é bastante dinâmico e serão encaminhados novos projetos da nossa carteira", disse. "Teremos mais projetos em rodovias, portos, energia, petróleo."

Após se reunir com mais de 300 investidores durante quatro dias nos Estados Unidos, Vasconcelos notou que a agenda de reformas que o governo está implementando do ponto de vista fiscal funciona como um atrativo para novos aportes de capital no país.

"O investidor prefere ver a construção dos projetos, a sua robustez e a estabilidade regulatória. E também as facilidades e o que se pode fornecer para que uma empresa estrangeira entre no mercado brasileiro", disse o secretário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Investimento em transmissão será menor que o previsto**

Sem perder de vista a rentabilidade, algumas das principais vencedoras do leilão de transmissão realizado segunda-feira esperam investir montantes significativamente menores do que aqueles previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

No total, foram licitados 31 dos 35 lotes ofertados, somando R\$ 12,7 bilhões em investimentos, segundo os cálculos do regulador.

O deságio médio foi de 36,5% em relação à receita anual permitida (RAP) máxima que havia sido calculada pela Aneel, ante 12% do de outubro. "Em nossa visão, isso indica que as companhias devem estar contando com descontos significativos no capex previsto, ou com a antecipação do início das operações das linhas, a fim de conseguirem retornos decentes", escreveram os analistas Vinicius Canheu e Arlindo Carvalho, do Credit Suisse, em relatório enviado a clientes ontem.

É o caso das empresas EDP Energias do Brasil, Alupar e Energisa, que já informaram o mercado que pretendem concluir as obras com investimentos inferiores aos projetados pelo governo. Pelos cálculos da Aneel, os aportes nos lotes arrematados pelas empresas somariam R\$ 4,9 bilhões. Com os descontos previstos, porém, o montante fica quase R\$ 1 bilhão inferior - o que sugere que os R\$ 12,7 bilhões calculados pelo governo possam ser um número menor.

Os quatro lotes arrematados pela EDP Energias do Brasil correspondem a R\$ 3,6 bilhões. A companhia, porém, prevê gastar cerca de R\$ 3 bilhões com o desenvolvimento dos projetos, uma economia de 20%. "A agressividade no leilão resultou de condições comerciais muito competitivas e da negociação com nossos empreiteiros", disse Setas, em entrevista ao Valor.

No lote localizado em Santa Catarina, por exemplo, que envolve investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, a EDP entrou em parceria com a Celesc, que vai possibilitar "condições comerciais diferenciadas". A escolha da WEG como fornecedora também traz vantagens, pois a empresa tem fábrica no Estado. "Isso nos permitiu ter acesso a vantagens fiscais muito relevantes e a otimizar nosso capex", disse Setas.

A Alupar, por sua vez, venceu um lote que envolve investimentos de R\$ 900 milhões. A expectativa da companhia é de reduzir esse montante em 30%, disse

José Luiz Godoy, vice-presidente e diretor financeiro da companhia, em teleconferência com analistas feita para comentar o leilão.

"Otimizamos bastante nosso capex e conseguimos baixar em cerca de 30% em relação a estimativa da Aneel", disse Godoy. Por ser no interior de São Paulo, o traçado da linha de transmissão em questão é "relevante", mas a companhia aposta que conseguirá entregar dentro do esperado. "Nossa expectativa de retorno está entre 12% e 13%", disse.

De acordo com Godoy, cerca de 35% dos lotes licitados no leilão terão retornos superiores a dois dígitos para os investidores.

A Energisa arrematou, ao todo, dois lotes no leilão. A Aneel estima que os dois projetos, que totalizam 864 quilômetros de linhas nos Estados de Goiás e Pará, exijam investimentos de R\$ 625 milhões. A companhia, contudo, estima ser possível reduzir em 15% esse valor, com base no pré-contrato de construção já assinado pela empresa.

"[A economia] está associada à otimização de traçados, aos arranjos de equipamentos utilizados. De fato, é uma coisa que é possível fazer em termos de engenharia", disse o diretor de finanças corporativas da Energisa, Cláudio Brandão, em teleconferência.

Apesar dessas condições terem permitido que alguns investidores fizessem ofertas mais agressivas na disputa, "também deixaram os lances mais arriscados, pois há consideravelmente menos espaço para erros durante o período de construção", alertaram os analistas do Credit Suisse.

Para mitigar o risco de construção, a EDP contratou Camargo Corrêa, a paranaense Cesbe, WEG e ABB para as obras e os equipamentos. "Temos uma diversificação boa de fornecedores, nenhum deles representa mais que 40% do capex previsto nas obras. Assim, o risco é diluído", disse Setas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andre Ramalho

Título: Energisa vai avaliar os próximos leilões de transmissão

A participação da Energisa no leilão de linhas de transmissão de segunda-feira, que marcou a entrada da companhia no setor, não se trata de um "movimento isolado". O diretor financeiro e de Relações com Investidores, Maurício Botelho, disse ontem que avaliará eventuais novas oportunidades de negócios, se as

próximas licitações ofertarem lotes que guardem sinergia com os ativos de distribuição do grupo.

"Não é um movimento isolado não. Se existirem outros lotes interessantes, com alguns benefícios dentro da nossa área de concessão, vamos analisar", disse, durante teleconferência com analistas.

A Energisa arrematou dois lotes de transmissão que somam 864 quilômetros de linhas nos Estados de Goiás e Pará. Além desses projetos, a empresa avaliou também outros dois lotes que possuem sinergias com seus ativos de distribuição, incluindo o lote 12, que deu vazio. A empresa espera que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reveja as condições da concessão para torná-la mais atraente num próximo leilão.

Os investimentos previstos nas novas concessões de transmissão, segundo Botelho, não comprometem a alavancagem da companhia. A Energisa se comprometeu a investir R\$ 625 milhões, mas espera reduzir em 15% os aportes necessários para construção das linhas.

O executivo disse, ainda, que a Energisa pretende entregar as LTs com uma "pequena antecipação". No leilão desta semana, o grupo arrematou o lote 3, com compromisso de início de operação até agosto de 2021; e o lote 26, previsto para fevereiro de 2022.

Já o presidente da Energisa, Ricardo Botelho, destacou que a entrada em transmissão guarda sinergias com a distribuição. Segundo ele, os projetos arrematados darão maior segurança ao suprimento à região Centro-Oeste e permitirão às distribuidoras controladas pela empresa - dentre elas a Energisa Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins - atenderem seus respectivos planos de expansão e reduzirem as perdas técnicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Mercado tem boas expectativas para Vale

A Vale deve apresentar bons resultados no balanço do primeiro trimestre, impulsionados pela alta nos preços do minério de ferro. O desempenho desse segmento de negócios deverá ser negativamente impactado, porém, pela alta de custos, como fretes marítimos e acordos trabalhistas, e pela valorização do real em relação do dólar, segundo bancos e corretoras.

A mineradora vai divulgar os resultados do primeiro trimestre amanhã antes da abertura da bolsa. O Valor reuniu projeções de sete instituições sobre o resultado da Vale no período. O levantamento, com base na média dos bancos, indica que a Vale registrou receita de US\$ 8,7 bilhões no primeiro trimestre, alta de 52% sobre o mesmo período do ano passado.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ficou em US\$ 4,4 bilhões no período, mais do que o dobro do que o obtido no primeiro trimestre de 2016. Já o lucro líquido médio situou-se em US\$ 2,58 bilhões de acordo com a média das sete casas de análise, alta de 46% sobre janeiro-março de 2016.

Consenso elaborado pelo Valor reuniu Itaú BBA, BTG Pactual, Citi, J.P.Morgan, Santander e Bradesco, além de um banco estrangeiro que não quis ser identificado.

De acordo com os bancos, a mineradora se beneficiou no primeiro trimestre dos preços mais altos do minério de ferro na comparação anual. Mas parte desse resultado será comprometido por custos também mais altos.

O Bradesco BBI divulgou relatório destacando a alta nas pressões de custos. Mas afirmou que a mineradora deve ter um bom trimestre. O banco estimou que o custo do minério da Vale posto no porto ficou em US\$ 15,40 por tonelada no primeiro trimestre ante US\$ 14,40 no quarto trimestre de 2016.

Esse aumento é motivado, segundo o relatório, por custos de acordos trabalhistas e pela valorização de 4,5% do real em relação ao dólar no período, o que tem impactos sobre a Vale uma vez que a empresa tem grande parte de seus gastos em reais, no Brasil.

Nas contas do Bradesco, a Vale registrou receita de US\$ 8,49 bilhões de janeiro a março, Ebitda de US\$ 4,3 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,69 bilhões.

A corretora Itaú BBA projetou receita de US\$ 8,7 bilhões, Ebitda de US\$ 4,4 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,95 bilhões. Os números são influenciados pela alta nos preços do minério de ferro, apesar da estimativa de um menor volume de vendas no trimestre.

Para a corretora, a Vale deve divulgar preços realizados para os fins de minério de ferro de US\$ 75,3 por tonelada, acima dos US\$ 69,4 por tonelada do quarto trimestre de 2016. A melhora foi determinada por um aumento de 20% nos preços do mercado à vista da China.

O BTG previu receita de US\$ 9 bilhões, Ebitda de US\$ 4,3 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,3 bilhões. O J.P. Morgan estima receita de US\$ 8,35 bilhões, Ebitda de

US\$ 4,3 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,64 bilhões. O Citi projetou receita de US\$ 8,8 bilhões, Ebitda de US\$ 4,4 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,3 bilhões. Já o Santander estimou receita de US\$ 8,6 bilhões, Ebitda de US\$ 4,6 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,7 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Siderúrgicas defendem conteúdo local

A indústria siderúrgica brasileira se posicionou de forma mais firme na discussão sobre conteúdo local. O Instituto Aço Brasil propõe que o governo assuma uma postura de defesa da indústria nacional, diante da necessidade de geração de empregos - uma das bandeiras do governo Michel Temer - e devido às atitudes nacionalistas de outros países, como a política do "buy american" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, além da intenção do mandatário americano de restringir a importação de aço, por questão de segurança nacional.

"O governo tem de uma maneira recorrente procurado vender uma imagem de que nós temos já em andamento uma retomada da economia [...] e na nossa visão isto não ocorreu, não está ocorrendo e não ocorrerá ainda no ano de 2017. [...] O discurso de liberação da defesa comercial vai na contramão de tudo o que a gente viu anteriormente em relação ao mundo", disse o presidente executivo do Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, em entrevista coletiva, na qual foram apresentados números do mercado siderúrgico no primeiro trimestre de 2017 e as previsões para este ano. "Não podemos nos permitir a ter ingenuidade no meio dessa baita guerra de mercado que está existindo no mundo".

O presidente do conselho diretor do Aço Brasil, Alexandre de Campos Lyra, também demonstrou preocupação com a declaração dada pela presidente do BNDES, Maria Silvia de Bastos Marques, de que o banco pretende rever a Política de conteúdo local para os financiamentos. Segundo ele, o banco deveria considerar uma política "buy brazilian".

"Vamos pedir uma agenda com a presidente do BNDES para colocar a nossa posição da indústria", afirmou Lyra.

'Retomada não ocorreu, não está ocorrendo e não ocorrerá ainda em 2017', diz Marco Polo Lopes, do Aço Brasil

Segundo a entidade, no primeiro trimestre, o consumo aparente de produtos siderúrgicos no Brasil cresceu 5% ante igual período de 2016, para 4,6 milhões de toneladas. Esse crescimento, porém, foi suprido pelo aumento de 73,1% das

importações, na mesma comparação, para 637 mil toneladas. As vendas internas recuaram 0,5%, para 3,9 milhões de toneladas.

A projeção de vendas internas para 2017 foi revisada de um crescimento de 3,6% para uma alta de apenas 1,3%, ante 2016, totalizando 16,7 milhões de toneladas. Com relação à produção, no primeiro trimestre, a produção de aço bruto no país cresceu 10,9%, ante igual período de 2016, para 8,2 milhões de toneladas. A expectativa do Aço Brasil para 2017 é uma produção de 32,5 milhões de toneladas, 3,8% superior em relação a 2016.

"Isso [32,5 milhões de toneladas] é 60% de ocupação [da indústria siderúrgica do país]. Isso não é sustentável para uma indústria como siderurgia, que é integrada. O ideal é trabalhar no mínimo com 80% de ocupação", disse Lyra.

Ainda com relação à força-tarefa em prol do conteúdo local, representantes do Aço Brasil participaram na última semana de reuniões com o ministro-chefe da secretaria-geral da presidência, Moreira Franco, e com o presidente da Petrobras, Pedro Parente.

Com Moreira Franco, o objetivo foi demonstrar preocupação com contratações de fornecedores em concessões licitadas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Segundo Lyra, o PPI gera risco de desindustrialização, caso os investimentos sejam feitos com capital externo e com importação de bens de capital, principalmente da China.

Com Parente, Lopes disse ter apresentado o pleito do instituto da necessidade de haver índices de conteúdo local separados para bens e serviços, e acrescentou ter sentido uma "boa vontade" por parte do executivo da petroleira de caminhar nessa direção.

O presidente executivo do Aço Brasil disse ser favorável à revisão da política de conteúdo local para a indústria de óleo e gás, mas critica a definição de um percentual único para bens e serviços. Dessa forma, explicou, as empresas podem preencher o índice de conteúdo local com a contratação de serviços e importar os equipamentos.

O instituto também quer que as condições do Repetro, regime aduaneiro especial do setor de óleo e gás, sejam estendidas para toda a cadeia de fornecedores do segmento no país.

De acordo com Lopes, o consumo aparente de produtos siderúrgicos do país no ano passado, de 18,2 milhões de toneladas, voltou ao patamar de 2006. As vendas internas no ano passado, de 16,5 milhões de toneladas, voltaram ao patamar de 2005. E o volume de exportações em 2016, de 13 milhões de toneladas, também ficaram no mesmo nível de 2005. Segundo Lyra, a retomada

do crescimento do setor no país será lenta. Nos últimos três anos, houve 46,8 mil demissões na siderurgia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Minoritário pode assumir, de novo, conselho da Usiminas

A exemplo do que ocorreu em 2015, se não houver um nome de consenso entre os acionistas controladores, o novo presidente do conselho de administração da Usiminas será escolhido pelos minoritários da companhia. A eleição se dará na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da siderúrgica mineira, marcada para amanhã, às 13h, em Belo Horizonte.

Escolhas de presidente do conselho e da diretoria executiva da companhia, conforme determina o acordo de acionistas, de janeiro de 2012, tem de ser fruto de decisão consensual dentro do bloco de controle societário. Para isso, é feita uma reunião prévia a todos os eventos do colegiado. Mas, desde 2014, os integrantes vivem em conflito, tornando a empresa refém das divergências nas decisões que exigem acordo dos sócios.

O bloco de controle na Usiminas é formado pela Nippon Steel & Sumitomo, pela Ternium-Techint e por Previdência Usiminas.

Entre os minoritários, quem está na disputa por assumir o cargo de presidente do conselho são a Geração Futuro L. Par e o BTG Pactual. Ambos correm em busca de votos de outros minoritários para elegerem representantes às duas vagas do conselho destinadas a conselheiros independentes.

A L. Par indicou Mário Daud Filho, tendo como suplente Daniel Carlin Epstein, conforme informação da companhia. E no dia 10 de abril formalizou pedido de voto múltiplo para eleição na AGO. De lá para cá, foi seguida por outros minoritários - a japonesa Sankyu e a GKJE Associates.

Ontem, comunicado da Usiminas informou que a Nippon Steel também fez o mesmo pedido, o que surpreendeu muita gente do mercado de capitais. O voto múltiplo geralmente é um método utilizado por minoritários para conseguir representatividade nos conselhos. Ao contrário do voto na chapa, ele contabiliza os votos de cada acionista cumulativamente.

O BTG/Econômico, que até ontem não se manifestou sobre esse tipo de voto, tentará reeleger seu atual representante, Manoel da Costa e Silva. E, com ele, tentar assumir a presidência do conselho da Usiminas. Segundo fontes, o BTG

apostava na votação em separado, buscando eleger dois representantes às vagas do conselho, após a saída de Gesner de Oliveira.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), acionista relevante, mas fora do bloco de controle, foi impedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de participar da AGO. Assim, perdeu a vaga de Oliveira.

Tudo indica, pela instalação do voto múltiplo, que Daud, da L. Par, e Costa e Silva, do BTG, sejam eleitos como novos conselheiros dos minoritários e disputem a presidência do conselho, repetindo o que ocorreu em 2015, quando Marcelo Gasparino, da L. Par, entrou no lugar de Paulo Penido Marques, que era representante da Nippon Steel. Gasparino concorreu com candidato do BTG.

No ano passado, Nippon Steel e Ternium, receosas de que a CSN conseguisse emplacar um representante seu na presidência do conselho, concordaram com o nome de Elias de Matos Brito, conselheiro pelo grupo ítalo-argentino.

No entanto, desde lá, as relações entre a Nippon e a Ternium azedaram muito devido às destituições (maio de 2016 e março deste ano) do presidente Rômelo de Souza, nome de confiança da Nippon Steel, que tinha chegado ao cargo em setembro de 2014. Por isso, há informação de que não haverá nome de consenso dos controladores na AGO de amanhã, segundo apurou o Valor.

Ontem, a minoritária Tempo Capital entrou com pedido para criar uma 12ª vaga no conselho, informou a Usiminas. A gestora de recursos, que quer eleger um representante na assembleia, indicou Ricardo Reisen de Pinho (que está em Oi e Light) para membro efetivo e André Leal Faoro, procurador do município do Rio de Janeiro, como suplente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Ramos

Título: EUA ameaçam caso o Brasil volte a taxar importações de etanol

Os Estados Unidos ameaçam retaliar o Brasil caso seja aprovada qualquer taxa sobre a importação de etanol, conforme apurou o Valor. Washington definiu essa posição num momento em que, por um lado, as indústrias americanas buscam ampliar mercados e, por outro, o setor produtivo brasileiro tenta se proteger contra a disparada recente das importações.

Segundo uma fonte a par do assunto, o governo americano enviou uma carta à Câmara de Comércio Exterior (Camex) após a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) pedir, em março, um imposto de 16% sobre o produto importado.

Procurada, contudo, a Camex informou que "não tem conhecimento" sobre a ameaça americana. Praticamente todo o etanol importado pelo país vem dos Estados Unidos.

Semanas antes do pedido da Unica, grupos regionais de usinas, lideradas pelas do Nordeste, haviam demandado o retorno de uma taxa de 20%. O etanol está na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec) desde 2010.

Atualmente, os dois países estão trocando comunicações sobre o assunto, afirmou ao Valor Ernest Carter, economista sênior de biocombustíveis do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), que participou ontem de um evento da consultoria F.O. Licht's sobre o segmento.

Do lado brasileiro, há forte pressão da indústria produtora, especialmente do Nordeste, para desestimular as importações. Além de o etanol americano chegar mais barato que o brasileiro na época da entressafra do Centro-Sul, o biocombustível tem facilidade para entrar pelo Porto de Itaqui (MA), já que o Estado não cobra ICMS no desembarque do produto.

O argumento da Unica, que representa as usinas da região Centro-Sul do Brasil, é ambiental. A entidade sustenta que a tributação é necessária porque o etanol americano, produzido a partir do milho, emite mais gás carbônico que o brasileiro, feito a partir da cana.

Do lado americano, a possibilidade do Brasil voltar a taxar o biocombustível aumenta a pressão sobre as indústrias do país, já que esta não foi a única ameaça recente para o comércio americano de etanol. Em janeiro, a China elevou seu imposto de importação sobre o biocombustível de 5% para 30%, o que pegou os EUA de surpresa, de acordo com Carter.

Brasil e China aumentaram suas participações em os destinos para as exportações do etanol americano nos últimos anos. Em 2016, foram o primeiro e o terceiro principais destinos, respectivamente.

Essas duas ameaças surgiram em um momento em que a indústria dos EUA quer ampliar sua presença no mercado internacional. "Atualmente, o consumo americano de etanol tem caído, então a expansão tem que ser via mercado externo", argumentou Carter.

Como o USDA considera que o comércio global ficará estável na próxima década, a ideia é ganhar participação tomando espaço do Brasil. Para Carter, o etanol americano tem potencial para crescer por causa do menor custo de produção em relação ao etanol brasileiro e também porque há perspectiva de incremento da demanda doméstica no Brasil.

Carter afirmou, ainda, que a pegada de carbono do etanol americano tem diminuído nos últimos anos, embora na média ainda seja maior que o etanol brasileiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: C.R.

Título: Petrobras diz que RenovaBio pode ser aprimorado

Após ser criticada por representantes do segmento sucroalcooleiro em evento ontem em São Paulo, a Petrobras afirmou ao Valor que as propostas que estão em discussão para incentivar os biocombustíveis no âmbito do Programa RenovaBio "podem ser aprimoradas".

Em nota, a estatal federal afirmou que "as propostas atualmente em discussão no âmbito do RenovaBio podem ser aprimoradas para que gerem os melhores incentivos para o equilíbrio do mercado de combustíveis no país".

A companhia também afirmou que "de forma alguma se posiciona contra o uso de combustíveis renováveis, em especial o setor de biocombustíveis". "A empresa reconhece a relevância do segmento para o futuro da matriz energética assim como para a indústria de óleo e gás, tanto que continuará presente no desenvolvimento dessas tecnologias e competências, conforme estabelecido em seu planejamento estratégico", acrescentou.

A Petrobras foi criticada pela "contribuição" que apresentou ao Ministério de Minas e Energia (MME) no processo de elaboração das políticas do RenovaBio. Um dos argumentos apresentados pela estatal em seu documento é que os biocombustíveis emitem "compostos, como aldeídos e outros compostos oxigenados, cuja reatividade pode levar a uma maior produção de poluentes secundários".

Dentro do governo, já se avalia incluir a mensuração da emissão de poluentes secundários no programa, além da mensuração da emissão de gás carbônico, que já está sendo considerada na fórmula para incentivar o uso de combustíveis renováveis.

MME / ASCOM .